



Liberdade de imprensa versus repressão política em São Paulo:

A (re)construção da história das radialistas fichadas no DEOPS no primeiro ano de vigência do AI-5¹

Juliana Camargo de Carvalho²

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

O trabalho pretende retratar a atuação das mulheres radialistas de São Paulo, profissional e pessoalmente, desvendando, dessa forma, uma das faces da imprensa feminina que ficou “perdida” na história. Para isto, serão utilizadas fontes bibliográficas, assim como pesquisas qualitativa e quantitativa (com base nos documentos analisados na sede do Arquivo do Estado, que abrigam os antigos documentos do DEOPS – Delegacia de Ordem Política e Social - órgão que controlava a segurança durante os períodos de repressão da história política brasileira) e a realização de entrevistas com profissionais atuantes na época do primeiro ano de vigência do AI-5.

Palavras-chave

Radialistas; Repressão política; Radiojornalismo; AI-5; Imprensa feminina.

Introdução

Em 31 de março de 1964, um movimento antipopulista uniu o descontentamento das Forças Armadas e o apoio de alguns governos civis, reagindo abertamente contra medidas consideradas de caráter nacionalista anunciadas pelo então presidente João

¹ Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

² Estudante do 5º semestre do curso de Jornalismo, orientada pela professora Mestre Lenize Vllaça, com bolsa PIBIC/Mackenzie.



Goulart. Com o ‘pretensão’ objetivo de restaurar a soberania nacional e deter a ameaça comunista, os militares tomam o poder em 1º abril 1964, instaurando a mais longa ditadura política do Brasil, de cunho militar, com duração até 1985.

Apesar das promessas militares de proporcionar a ordem, combater a corrupção e retomar o crescimento econômico sob as regras capitalistas, a aversão ao regime ditatorial crescia em vários setores da sociedade. Opositores mais radicais já agiam na clandestinidade e o aumento da repressão policial confirmava o autoritarismo político da ditadura à população em geral. Entre 1964 e 1969, foram promulgados dezessete Atos Institucionais e 104 Atos complementares³.

Em 13 de dezembro de 1968, no governo do presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, a nação foi “presenteada” com o Ato Institucional nº 5, o AI-5, que promoveu a suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos, intervenção em Estados e municípios, suspensão das garantias constitucionais, censura total aos jornais, periódicos e televisão, ainda auxiliado pelo Ato Complementar nº 38, que colocava o Congresso em recesso por tempo indeterminado⁴.

Desencadeou-se a partir de então maneiras de cerceamento aos meios de comunicação. Notícias sobre as Forças Armadas foram banidas da mídia, representantes dos órgãos de segurança governamental passaram a prender e torturar os suspeitos de ligação com uma suposta guerrilha comunista e as redações de jornais, revistas, televisões e rádios passaram a contar com um novo companheiro, o censor:

Com a chamada Revolução de 64, o exercício do jornalismo passou a ser vigiado de perto pelos militares. [...] o trabalho era feito por censores do antigo Departamento de Ordem Pública e Social (Dops),[...] A censura contra a imprensa ocorria de diversas formas. [...] um major do Exército passava o dia na Redação, calado, lendo as reportagens à medida em que elas iam sendo produzidas. As matérias aprovadas recebiam um carimbo e eram liberadas. O que fosse vetado tinha de ser trocado às pressas, e nunca era publicado. Outra forma de censura comum na época era a convocação de editores e repórteres ao prédio do Dops, onde eles eram orientados sobre o modo de tratar determinado assunto.⁵

Políticos, jornalistas, professores universitários que não agiam de acordo com as regras ditadas pelo governo foram exilados ou desapareceram do país misteriosamente, sendo

³ Os Atos Institucionais foram decretos emitidos durante o [Golpe militar de 1964](#) no [Brasil](#). Serviram como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extra-constitucionais.

⁴ AI-5. O mais duro golpe do regime militar. **FGV-CPDOC**, São Paulo. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/AI5.htm Acessado em 27 nov. 2006.

⁵ REVOLUÇÃO de 64 trouxe fantasma da censura. **João Unes**. Disponível em: <http://www.soinfl1.hpg.ig.com.br/revol64.htm> Acessado em 27 nov. 2006.



constatado mais tarde que muitos foram assassinados e enterrados em cemitérios clandestinos.

Apesar da abertura política em 1985, os dados sobre os “subversivos”, como eram chamadas as pessoas que não concordassem com a ditadura militar, ficaram inacessíveis até 1991, quando foi sancionada a Lei nº 8.159, que dispunha sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, indicando as providências a serem tomadas com relação ao acesso e sigilo de documentos sob a guarda do Estado. A responsabilidade da referida documentação é da Secretaria da Cultura que delegou ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, localizado na zona norte da capital, a preservação e conservação de todo o acervo do Departamento de Ordem Política e Social - DEOPS-SP, órgão responsável pelo arquivamento da documentação relativa ao período de censura brasileira.

O presente projeto quer descobrir quantas radialistas foram fichadas e/ou torturadas de 13 de dezembro de 1968 a 13 de dezembro de 1969, os primeiros doze meses de vigência do Ato Institucional nº 5, o motivo alegado, e se estes eram reais ou não.

Para isto, estão sendo estudadas as fichas disponíveis no acervo do DEOPS⁶ tornando possível obter não apenas a versão oficial dos fatos registrados por este órgão policial como, também, identificar testemunhos, recuperar e analisar a história destas mulheres, um conteúdo único, ainda desconhecido pela sociedade.

A sistematização dos resultados obtidos contribuirá para um Banco de Dados a ser colocado à disposição no próprio Arquivo do Estado, oferecendo também subsídios para novas pesquisas acadêmicas.

O projeto também tem como finalidade tornar pública uma importante manifestação social e política feminina, nos seus primeiros passos à busca da igualdade dos sexos assim como demonstrar o quanto as mulheres colaboraram na formação da história brasileira.

Referencial Teórico

A função da mídia, desde sua criação, é comunicar aos diferentes públicos como encontra-se a situação da sociedade. Mas há um desvirtuamento mídiático, quando aboliu-se o comprometimento dessa mídia com as questões sociais, com a informação

⁶ Acesso disponível por meio de um convênio já assinado entre a Universidade Mackenzie e o Arquivo do Estado.



pública aos cidadãos. Os veículos pautam-se a serviço dos interesses políticos do governo ou qualquer empresa que possam se beneficiar das notícias publicadas por ele.

Apesar do extraordinário crescimento econômico, que ficou popularmente conhecido como “milagre econômico brasileiro” na década de 70, a sociedade civil viveu ditatorialmente, por cerca de 20 anos, submetida ao terror psicológico, às prisões injustificáveis, aos grampeamentos telefônicos, à tortura e aos meios mais desumanos para obter confissões dos chamados “subversivos”.

O crescimento da editoria econômica ocorreu em razão da censura aos veículos comunicativos, já que o órgão regulador da mídia acreditava que essas notícias não afetariam a manipulação e controle da ordem pelo governo militar. Poderia ser, além disso, uma forma de propaganda do Estado, divulgando a superação financeira do país, no chamado “milagre econômico” e a falsa queda da inflação.

Segundo Suely Caldas “a censura parecia não ter lógica alguma”. Matérias sobre saúde pública foram boicotadas pelos censores, declarações dos próprios membros do governo eram proibidas de veicular nos jornais. Assim que o governo notou que a imprensa econômica já não funcionava mais como publicidade ao milagre, estendeu a censura também aos cadernos relativos ao tema.

Ainda nessa época, o exílio e a repressão atingiram diretamente os profissionais da área de comunicação. Jornalistas, professores, sociólogos, radialistas tiveram suas profissões “abafadas” para não ferirem a forma de governo instalada na época.

Mas certamente, o caso que levou ao auge da discussão sobre a repressão da ditadura militar aos *media* foi a morte do jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975:

A morte de Vladimir Herzog mostrou como a chamada linha dura do regime militar agia com quem eles consideravam uma ameaça aos seus planos políticos. A ação vinha sempre recheada de truculência, prisão, tortura e morte. Felizmente a imprensa reagiu, enfrentou a intolerância e a censura e mobilizou a sociedade.[...] Quando receberam a notícia da morte de Vladimir Herzog os membros da diretoria do Sindicato estavam em Presidente Prudente, interior paulista, participando de uma palestra sobre liberdade de imprensa. Segundo Audálio Dantas, o grande número de denúncias sobre o desaparecimento de pessoas consideradas subversivas pelo Governo militar levou o Sindicato a avaliar, naquele momento, que isso significava um recuo do regime ditatorial — “no entanto, a morte do Vlado provou que estávamos enganados.”⁷

⁷ MARQUES, José Reinaldo. CAIXETA, Rodrigo. **O despertar da resistência**. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=1215>> Acessado: 27 nov. 2006.



A sociedade se mobilizou em um ato de homenagem a Herzog, que ocorreu no dia 31 de outubro de 1975, na Praça da Sé e reuniu mais de 8 mil pessoas, para manifestar sua indignação em decorrência do abuso ditatorial do poder.

A partir do fato retratado e com uma seqüência de denúncias de desaparecimentos de jornalistas na época, a tortura e a ação bloqueadora da divulgação dos meios ilícitos utilizados pelos militares, como forma de “maquiar” a situação que ocorria no país, foram cada vez mais fator de repúdio social contra o sistema de governo brasileiro.

Apesar da abrangente participação do rádio como meio informativo na época, pouco ainda se sabe sobre a atuação das radialistas nos movimentos contra o regime militar e, por conseqüência, as formas de repressão por elas sofridas, sequer mesmo quando não manifestavam repúdio ao regime e eram repreendidas por somente trabalharem nos meios comunicativos.

Isso ocorre porque a história feminina no cenário nacional ainda é uma história recente. À época a emancipação da mulher no mercado de trabalho e sua relação social no Brasil ainda estavam desabrochando. As organizações esquerdistas não consideravam, em suas mesas de discussões, a questão da inclusão feminina como atuante direta na sociedade. A mulher ainda não tinha notória representatividade como chefe de família, liderança de movimentos ou ocupação de posições de destaque na questão trabalhista.

Porém a atuação feminina na história nacional já ocorria há décadas. Podemos citar como exemplo a artista plástica Anita Malfati, precursora do Modernismo no Brasil e participante da Semana da Arte Moderna, em 1922. Também nesse contexto encontramos Patrícia Rehder Galvão, a Pagú, integrante do Movimento Antropofágico e que ingressou no Partido Comunista. Também se tornou editora do jornal *O Homem do Povo*, onde assinava a coluna feminista “A Mulher do Povo”, em 1931.

Cautelosamente a mulher foi criando seu espaço na sociedade brasileira. Também com certa lentidão, as características de fragilidade e dependência, atribuídas à mulher foram perdendo força:

Muitas conquistas foram obtidas pelo movimento de mulheres no século XX, principalmente por meio da realização de grandes conferências internacionais sobre a mulher. No entanto, sérios entraves à plena democracia da mulher permanecem. Neste momento histórico atual, os países e as culturas precisam unir suas forças e trocarem experiências exitosas já realizadas, como forma de se ajudarem mutuamente e vencerem o mal da exclusão feminina.⁸

⁸ BOSELLI, Giane. **No poder e sem violência: dois desafios da inclusão feminina neste século.** Disponível em: <www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel12/GianeBoselli.pdf> Acessado: 27 nov. 2006.



Utilizando o acervo disponível no DEOPS-SP, pretende-se dialogar com essa ideia de inclusão social feminina e as formas de repressão à atuação da mulher na sociedade, pelas vias ditatórias de supressão às radialistas paulistas após a instauração do Ato Institucional nº 5, que fornecia ao Estado plenos poderes de estabelecimento da censura a quaisquer meios de informação.

O rádio foi a mídia escolhida neste estudo porque na década de 60 (apesar da implantação e concorrência da televisão desde 1950) continuava a ter altos índices de audiência junto ao público. Por ser de fácil entendimento pela população (oralidade), letrada ou não, e por chegar a todo o território nacional (abrangência), características inerentes ao rádio, as emissoras foram fortemente vigiadas pela censura.

Getúlio Vargas foi o primeiro a ver no rádio uma grande importância política. Ele não escondeu seu entusiasmo por ter aumentado o número de emissoras para 42, confiante que estava na organização da propaganda governamental junto da população. Era o primeiro governante brasileiro a utilizar o rádio dentro de um modelo autoritário, antevendo seu alcance (...) (1980, p. 81)

No rádio, a informação pode ser transmitida do local do acontecimento, por telefone, e a abrangência do sinal pode alcançar o ouvinte em pontos mais distantes e longínquos que os outros meios de comunicação. Além disso, os aparelhos de transmissão radiofônica são menos complexos, a compra e a manutenção são de baixo custo, portanto mais em conta que o impresso, a televisão, “estando sua aquisição ao alcance de uma parcela muito maior da população”. (ORTRIWANO, 1985, p. 79)

O jornalismo praticado em rádio atende as mesmas especificidades do jornalismo em geral, ou seja, informar a sociedade em geral e deixá-la por dentro dos acontecimentos de nosso dia a dia através da elaboração de pautas, da realização de pesquisas e entrevistas.

Segundo o jornalista Clóvis Rossi, jornalismo é a fascinante batalha pela conquista das mentes e coração dos seus alvos: leitores, telespectadores e no caso projeto em questão, dos ouvintes.

Essa batalha pelas mentes e corações, entretanto, é temperada por um mito – o mito da objetividade- que a maior parte da imprensa brasileira importou dos padrões norte-americanos (...) a imprensa (...) deveria colocar-se numa posição neutra e publicar tudo o que ocorresse, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões. (1980, p.9)



Cabe ressaltar que antes do Golpe Militar de 64, o Brasil já havia sofrido censura aos meios de comunicação no período do Estado Novo, com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda – 1939/45), depois com o Departamento Nacional de Informações (DNI) que durou até 1946, sendo mais tarde substituído pelo Sistema Nacional de Informações (SNI) em 1964, que atuou em conjunto os DEOPS.

O escritor e poeta Menotti Del Picchia, em artigo ao jornal A Gazeta, em 08 de maio de 1947, disse: “é preciso notar que as direções das estações de rádio cada vez mais cedem ao mau gosto, na ilusão de atingirem mais intensamente a massa. Não se esforçam por obrigar a massa a subir até às coisas boas. Ao contrário, desce às ruínas, na caça do anunciante.”.

Segundo o excerto acima podemos perceber que os problemas éticos dos meios de comunicação já ocorrem no país desde a instalação dos primeiros veículos midiáticos aqui encontrados. Na década de 40, a forma mais utilizada para a divulgação das notícias era o rádio.

Na época, discutia-se a operação dos órgãos fiscalizadores dessa mídia, como exemplo a exposição de motivos para execução de fiscalizações da Divisão de Radiodifusão ao DOPS: “Não havendo controle, não existindo fiscalização, as irradiações, ao invés de constituírem elementos de elevação cultural de um povo, podem, ao contrário, contribuir para o seu avultamento, a sua degradação, o seu rebaixamento.” (Prontuários DEOPS – Arquivo do Estado).

Toda a documentação do DEOPS foi mantida em sua ordem original, encontra-se organizada em quatro séries contendo, cada uma delas, um conjunto de pastas e um fichário que remete às informações contidas nas pastas. Desta forma, tem-se quatro grandes fichários e quatro grandes conjuntos de pastas, incluídos em quatro grandes séries.

Porém, em análise aos prontuários e fichas de ordem social e política utilizados, foi identificado que a conservação dessas fichas muitas vezes dificultam o andamento das pesquisas. Outros fatores que desfavorecem a disposição dessas em relação ao armazenamento é o fato de não existirem divisões por ordem cronológica ou alfabética.

Os jornais da época encontram-se na mesma pasta de documentos partidários, depoimentos, fichas de retorno (delegacias), cartas e panfletos.

Não há separação de temas nas pastas, além de haver poucos documentos sobre rádio – e as mulheres ainda eram pouco citadas na mídia.



De acordo com levantamentos do Arquivo do Estado, os documentos podem ser identificados como:

- Prontuários: 150.000 pastas e 170.000 fichas remissivas;
- Dossiês: 6.000 pastas;
- Ordem Social: cerca de 2.500 pastas e 114.000 fichas cada série;
- Ordem Política: cerca de 2.500 pastas e 114.000 fichas cada série;

Dentro deste universo, estamos utilizando a técnica de amostragem do tipo não probabilística e intencional, com a seleção de fichas das radialistas no período de 13/12/1968 a 13/12/1969, o que possibilitará uma representatividade da população em estudo.

Para a realização do projeto de pesquisa serão necessárias:

- 1) Pesquisa bibliográfica: averiguação/leitura do que há de mais recente em relação aos DEOPS e mulheres radialistas em livros, monografias, dissertações e teses. Também em artigos de jornais/periódicos e na Internet.
- 2) Pesquisa quantitativa: verificar o número de fichas entre 13/12/1968 e 13/12/1969.
- 3) Pesquisa qualitativa: análise das fichas encontradas entre 13/12/1968 e 13/12/1969, levando em conta a vida profissional e privada (nome, filiação, idade, nacionalidade, naturalidade, profissões, residência, cognomes) das radialistas, além dos movimentos – incluem-se os feministas - em que estavam ou não inseridas;

Para que as pesquisas qualitativa e quantitativa sejam realizadas, está sendo utilizada a pesquisa de campo com visitas ao acervo do DEOPS do Estado de São Paulo, localizado à Rua Voluntários da Pátria, 596, Santana.

Como os registros de rádio emissoras da época serem escassos, também estão sendo consultados profissionais que atuam nas emissoras existentes no primeiro ano do AI-5:

- América S/A
- Bandeirantes S/A
- Cruzeiro do Sul S/A
- Cultura
- Difusora
- Excelsior
- Gazeta



- Record
- São Paulo S/A
- Tupí de São Paulo

Também são utilizados como fontes de pesquisa jornais impressos que veiculavam notícias mesmo após o decreto dos Atos Institucionais e/ou que foram criados no mesmo período. Um deles é o jornal *Brasil Mulher*, que é escrito inteiramente por mulheres jornalistas (criado em 1977).

As pesquisas também serão realizadas nos arquivos das rádios existentes na época, que não sofreram danos ou atentados, que possuam seu material disponível à consulta, além de serem utilizadas como fonte de pesquisa, radialistas atuantes no primeiro ano de vigência do AI-5, ou que possam contribuir para desvendar quais eram as profissionais atuantes na época, como Luisa Borges e Lílian Loy.

Para desvendar as formas tendenciosas as quais o governo se valia para manter-se no poder, também serão utilizadas técnicas de entrevistas com as vítimas ou familiares de pessoas que sofreram a repressão e entidades governamentais (ou indivíduos que dela participavam na época) que respondam pelos casos de tortura.

A evidência oral é importante não apenas como fonte de informação, mas também pelo que faz para o historiador que entra no campo como um fiscal invisível. Pode ajudar a expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador – na frase final de Tawney – o tecido celular ressecado que quase sempre é tudo que tem em mãos. Serve como uma medida de autenticidade, um lembrete compulsório de que as categorias do historiador devem, no fim, corresponder ao feitiço da experiência humana e serem constituídas por ela, caso elas tenham força explicativa.⁷

A análise leva em conta os dados encontrados nas pesquisas bibliográfica, qualitativa, quantitativa, de campo e a realização das entrevistas, e o cruzamento possível entre esses dados com suporte teórico já existente sobre o assunto, além de novas reflexões. Para isso, são levadas também em consideração observações anotadas durante a realização das pesquisas e das entrevistas.



Referências Bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. São Paulo: Editora Edusc, 1999.

BASILE, Sidnei. **Elementos do Jornalismo Econômico**. São Paulo: Editora Negócio, 2002.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

CALABRE, Lia. **A Era do Rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CALDAS, Suely. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

CAPARELLI, Sergio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo, Cortez 1980.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de Guerrilha**. São Paulo: Disal Editora, 2004.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1996.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PASCAL, Maria Aparecida. Mulheres Brasileiras: cotidiano, história e conquista. In: PEREIRA, Beatriz Regina Pereira; NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. **Inclusão e exclusão - Múltiplos contornos da educação brasileira**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2006.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o rádio não contou**. São Paulo: Editora Harbra, 1999.

Fontes Eletrônicas

www.arquivoestado.sp.gov.br/acervo/vermais_deops2.htm

www.suapesquisa.com/artesliteratura/semana22/



www.ces.uc.pt

www.band.com.br/grupo/radio.asp

www.tvcultura.com.br/radioam/

www.radiogazetaam.com.br

www.radiorecord.com.br

www.midiaindependente.org/